



Projeto Pedagógico de Curso

Pós-Graduação *Lato Sensu*

Direito do trabalho e previdenciário

Sumário

1.	Nome do Curso e Área do Conhecimento	2
2.	Características Técnicas do Curso	2
3.	Público Alvo.....	2
4.	Critérios de Seleção	2
5.	Justificativa do Curso	3
6.	Objetivos do Curso.....	3
7.	Metodologia de Ensino e Aprendizagem	4
8.	Estágio Não Obrigatório.....	7
9.	Matriz Curricular	7
10.	Carga Horária	8
11.	Conteúdo programático.....	8
12.	Infraestrutura Física e Pedagógica	19

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

Nome do Curso: Direito do trabalho e previdenciário

Área de Avaliação (CAPES): Direito

Grande Área (CAPES): Ciências Sociais Aplicadas (6.00.00.00-7)

Área do Conhecimento (CAPES): Direito (60100001)

Classificação OCDE: Negócios, administração e direito

2. Características Técnicas do Curso

Modalidade: Educação a Distância

Número máximo de vagas por Polo/Unidade: 100 alunos

Período de Oferecimento: O curso possui entrada intermitente, respeitadas as datas de início e de fim cadastradas na oferta, bem como observado o período indicado para a sua integralização.

Limitações legais

Resolução CNE/CES Nº 1, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

O candidato deverá ser graduado com diploma devidamente registrado segundo as normas estabelecidas pelo MEC.

3. Público Alvo

O curso destina-se a bacharéis em Direito que, diante das exigências do mercado de trabalho, buscam aperfeiçoamento e aprofundamento dos temas de direito material e processual do trabalho, bem como advogados, magistrados, procuradores do trabalho, defensores públicos, servidores públicos e outros operadores do Direito atuantes na área trabalhista e Previdenciária.

4. Critérios de Seleção

O ingresso na pós-graduação será realizado por meio de processo seletivo descrito em Edital (inscrição, seleção e matrícula).

5. Justificativa do Curso

Uma nova realidade, fruto do processo de globalização e da ampliação dos Direitos Fundamentais dos Direitos Humanos, demanda um novo perfil de operador do Direito o qual precisará ampliar seus conhecimentos e área de atuação como forma de manter-se competitivo no mercado de trabalho e contribuir de forma concomitante aos cidadãos, sindicatos e empresas de forma consistente e responsável. Este contexto determina que o Especialista assuma uma postura proativa, tenha visão globalizada, jurídica, seja criativo e inovador, bem como apresente senso de responsabilidade social, ultrapassando os limites da visão dogmática de cunho meramente positivista e investir em paradigmas e ações que promovam uma maior estabilidade para empresas e consumidores.

As grandes transformações da contemporaneidade desafiam o operador do Direito a enfrentar os problemas que gravitam o Direito do Trabalho e Previdenciário, a fim de que sejam encontradas soluções para os conflitos entre o trabalho e o capital, abrangendo não somente as questões do contencioso, mas, principalmente, a discussão do preventivo. Dessa maneira, o debate acadêmico, com base na doutrina brasileira e estrangeira e na jurisprudência, é fundamental para o desenvolvimento profissional dos juslaboralistas

6. Objetivos do Curso

6.1. Objetivos Gerais

- Habilitar operadores do Direito, executivos e empreendedores e pesquisadores de modo geral a conhecer e aplicar os fundamentos do Direito e os conhecimentos acerca do Direito do Trabalho e Previdenciário a partir de um novo paradigma teórico e prático. Propiciar ao aluno conhecimentos para atuar nas empresas, órgãos públicos, sindicatos e comunidade de forma sistêmica e pragmática sendo capaz de extrair informações que sejam imprescindíveis para resolução de conflitos. Habilitar o aluno a relacionar as diversas áreas de conhecimento jurídico e ser capaz de equilibrar raciocínio lógico e criatividade com a perspicácia para encontrar soluções apropriadas à empresa, órgãos públicos e sociedade civil sob a sua consultoria ou direção.

6.2. Objetivos Específicos

- Qualificar profissionais atuantes da área trabalhista e previdenciária.
- Estimular a produção acadêmica e o debate crítico sobre Direito e Processo do Trabalho, previdenciário e temas interdisciplinares.

- Municar o aluno de fundamentos do Direito do Trabalho e previdenciário, com foco na sua vinculação à Constituição Federal.
- Capacitar o aluno a operar os conceitos de Direito do Trabalho e previdenciário bem como instrumentalizá-lo com as ferramentas do cálculo trabalhista, a fim de propiciar aprimoramento prático ao aluno; Fomentar reflexão acerca da tutela coletiva do Direito do Trabalho (aspecto material e processual) bem como desenvolver habilidade no direito previdenciário

7. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

O desenvolvimento das disciplinas do curso se dará no ambiente virtual, onde o aluno cumprirá 40 horas por disciplina.

Estas 40 horas são compostas pelo estudo dos diversos insumos pedagógicos disponibilizados, como:

- ✓ materiais de leitura;
- ✓ videoaulas;
- ✓ slides;
- ✓ podcasts;
- ✓ indicações de leituras extras como artigos e capítulos de livros.

Como parte do modelo acadêmico, também contabilizamos:

- ✓ a interação com os tutores para esclarecimentos de dúvidas pedagógicas (via Fórum);
- ✓ a realização da avaliação disciplinar pelo aluno.

Vale ressaltar que cada aluno é único e tem seu próprio tempo para aprendizagem. Alguns conseguem assimilar o conteúdo com mais agilidade, outros precisam retomar as leituras e videoaulas para tornar sua aprendizagem efetiva.

O tempo gasto pelo aluno para o entendimento de cada disciplina depende também da sua familiaridade com o tema, ou seja, o conhecimento prévio que o aluno tem em relação a temática abordada.

No ambiente virtual, o aluno encontrará o conteúdo das disciplinas, organizados em temas/webaulas.

Para cada um deles, o aluno realizará um conjunto de atividades baseadas em leitura de textos de fundamentação teórica e acesso a recursos audiovisuais.

Um tutor apoiará as atividades realizadas no ambiente virtual, atendendo o aluno nas suas dúvidas por meio de ferramentas de comunicação.

O aluno, ao iniciar os seus estudos, terá um encontro presencial para acolhida/ambientação; esse encontro terá como objetivos:

- ✓ Integrar o aluno ao curso de Pós-Graduação.
- ✓ Dialogar e esclarecer as dúvidas sobre a proposta pedagógica do curso e as regras acadêmicas.
- ✓ Apresentar ao aluno o Ambiente Virtual de Aprendizagem (o primeiro acesso; o envio de documentos; os serviços de secretaria e financeiro; a disciplina Ambientação; a tutoria online; o boletim acadêmico; as disciplinas e seus conteúdos; a biblioteca virtual; entre outros).
- ✓ Proporcionar um momento de Network aos pós-graduandos.

Avaliação do Desempenho do Aluno

O aluno deverá realizar as atividades propostas no ambiente virtual. A realização das atividades irá compor sua frequência no curso, que será considerada para a sua aprovação.

A atividade avaliativa que o aluno realizará para compor a sua média é a Avaliação Virtual (AV); essa atividade é obrigatória e estará disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, conforme cronograma de seu curso.

Para a aprovação em cada uma das disciplinas, o aluno deverá obter frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

As notas devem ser expressas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete) nas disciplinas terá direito ao Programa de Dependência e Recuperação – PDR, mediante a solicitação de requerimento e respeitando o período de jubilação do curso.

O PDR será realizado no ambiente virtual de aprendizagem, sendo que o aluno terá acesso ao conteúdo da disciplina e realizará uma Avaliação Virtual - AV, e a nota obtida substituirá a média do aluno.

Para a obtenção do **Certificado** de Pós-graduação *Lato Sensu* – especialização, o aluno deverá cumprir todas as condições seguintes:

- ✓ Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em todas as disciplinas;
- ✓ Nota igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas.

Certificação

O Certificado de conclusão de curso de Especialização será acompanhado por histórico escolar, em cumprimento às exigências da Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Composição do Corpo Docente

O corpo docente do curso é constituído por profissionais qualificados, com comprovado saber em sua área de atuação, conforme Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, sendo integrado, no mínimo, por 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, isto é, portadores de títulos de Mestrado e Doutorado, obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público em território nacional, ou revalidados, conforme legislação vigente. Os demais docentes são certificados em nível de especialização, pós-graduação *lato sensu*, de reconhecida capacidade técnico-profissional.

8. Estágio Não Obrigatório

O estágio curricular não obrigatório tem como finalidade estimular o aluno a desenvolver atividades extracurriculares, para que possa inter-relacionar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso e aplicá-los na solução de problemas reais da profissão, proporcionando o desenvolvimento da análise crítica e reflexiva para os problemas socioeconômicos do país, de acordo com a Resolução de Estágio curricular não obrigatório vigente na Instituição.

O estágio curricular não obrigatório do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* segue as diretrizes estabelecidas pela Lei Nº 11.788/2008.

Os principais objetivos da prática do estágio curricular não obrigatório são:

- I. proporcionar o exercício do aprendizado comprometido com a realidade socioeconômica-política do país;
- II. propiciar a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à educação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades e ao exercício do pensamento reflexivo e criativo; e
- II. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura.

A carga horária é definida pela concedente de estágio, não podendo ultrapassar a carga horária máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, as quais podem ser realizadas em empresas públicas ou privadas, instituição de pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais, e as próprias unidades da Universidade, desde que sigam às condições adequadas para que o estagiário possa aprofundar os seus conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

Para o Curso de Pós-Graduação EAD, a prática do estágio curricular não obrigatório é permitida durante a vigência do curso, não podendo exceder em um mesmo campo de estágio o período de 2 (dois) anos.

Os estágios curriculares não obrigatórios devem estar apoiados em Termo de Compromisso e de comum acordo com a Instituição, devendo explicitar não somente os aspectos legais específicos, como também os aspectos educacionais e de compromisso com a realidade social.

O Planejamento do Estágio Curricular Não Obrigatório é de responsabilidade do coordenador de curso/professor orientador e do Departamento de Estágios.

9. Matriz Curricular

DISCIPLINAS	CH PRÁTICA	CH TEÓRICA	CH TOTAL
-------------	------------	------------	----------

Ambientação	0h	0h	0h
Cálculos trabalhistas	0h	40h	40h
Contrato de trabalho	0h	40h	40h
Direitos fundamentais e tutela do empregado	0h	40h	40h
Temas especiais de contrato de trabalho	0h	40h	40h
Direito coletivo do trabalho	0h	40h	40h
Seguridade Social	0h	40h	40h
Prática da Seguridade Social	0h	40h	40h
RGPS: benefícios por incapacidade	0h	40h	40h
RGPS: aposentadorias programáveis	0h	40h	40h

10. Carga Horária

A carga horária de 360h constitui o conteúdo ministrado em 9 (nove) disciplinas.

11. Conteúdo programático

Disciplina: Ambientação

Ementa: Histórico da Educação a Distância. Legislação da Educação a Distância no Brasil. Potencialidades da Educação a Distância. Flexibilidade de Acesso. Tecnologias para apoio à pesquisa. Aprendizagem colaborativa. Características do aluno na EAD. Boa convivência virtual: netiquetas.

Conteúdo Programático 1: Histórico da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 2: Legislação da Educação a Distância no Brasil.

Conteúdo Programático 3: Potencialidades da Educação a Distância.

Conteúdo Programático 4: Flexibilidade de Acesso.

Conteúdo Programático 5: Tecnologias para apoio à pesquisa.

Conteúdo Programático 6: Aprendizagem colaborativa.

Conteúdo Programático 7: Características do aluno na EAD.

Conteúdo Programático 8: Boa convivência virtual: netiquetas.

Bibliografia:

ALVES, L. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Associação Brasileira de Educação A Distância**, São Paulo, v. 10, n. 7, p.85-92, out. 2011. Mensal. Disponível em:

<http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2018.

GOTTARDI, M. de L. A autonomia na aprendizagem em educação a distância: competência a ser desenvolvida pelo aluno. **Associação Brasileira de Educação a Distância**, São Paulo, v. 14, n. 8, p. 110-123, dez, 2015. Mensal. Disponível em: <
http://seer.abed.net.br/edicoes/2015/08_A_AUTONOMIA_NA_APRENDIZAGEM.pdf> Acesso em: 19 fev. 2018.

LITTO, F. M. FORMIGA, M. M. M. (org.) **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Educação a Distância, uma visão integrada**. São Paulo: Thompson Learning, 2007.

MORAES, M. C. **O Paradigma educacional emergente**. Campinas – SP: Papyrus, 1997.

MORAN, J. M. MASETTO, M. T. BEHRENS, M. A. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 21ª Ed. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

MORAN, J. M. **O Uso das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação na EAD - uma leitura crítica dos meios**. <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/T6%20TextoMoran.pdf>. Acesso em: 16 de fev de 2018.

PIVA, D. J. PUPO, R. GAMEZ, L. OLIVEIRA, S. **EAD na Prática: Planejamento, métodos e ambientes de educação online**. São Paulo: Elsevier, 2011.

Disciplina: Cálculos Trabalhistas

Ementa: Cálculos de Folha de Pagamento. Rescisão Trabalhista. Verbas rescisórias. Jornada de trabalho. Segurança e medicina do trabalho. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Seguro-Desemprego. Peculiaridades do trabalho doméstico.

Conteúdo Programático 1: Cálculos de Folha de Pagamento.

Conteúdo Programático 2: Rescisão Trabalhista.

Conteúdo Programático 3: Verbas rescisórias - Aviso Prévio. 13º salário. Férias.

Conteúdo Programático 4: Jornada de trabalho.

Conteúdo Programático 5: Segurança e medicina do trabalho.

Conteúdo Programático 6: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Conteúdo Programático 7: Seguro-Desemprego.

Conteúdo Programático 8: Peculiaridades do trabalho doméstico.

Bibliografia:

CORTEZ, Juliano Cortez, **Prática trabalhista - Cálculos**. 13. ed. São Paulo: LTR. 2009.

OLIVEIRA, Aristeu de. **Cálculo Trabalhista**. 18. ed. São Paulo: Atlas. 2008.

SANTOS, José Aparecido, **Curso de Cálculos de Liquidação Trabalhista - Dos Conceitos à Elaboração das Contas**. 2. ed. São Paulo: Juruá. 2008.

Demais referências:

DALVI, Fernando. **Cálculos Trabalhistas Aplicados na Prática**. São Paulo: Habermann, 2014.

OLIVA, Claudio Cesar Grizi. **Cálculo de Liquidação de sentença no Processo de Execução Trabalhista**. São Paulo: LTr, 2013.

ROCHA, Gisele Mariano da. **Cálculos Trabalhistas: para rotinas, liquidação de sentença e atualização de débitos judiciais**. São Paulo: Livraria do Advogado, 2014.

Disciplina: Contrato de Trabalho

Ementa: Relação de emprego e outras formas de trabalho. Requisitos para caracterização do contrato individual do trabalho. Estrutura da relação empregatícia. Relação de trabalho e relação de consumo. Novas formas de trabalho. Sujeitos do contrato de trabalho. Trabalhadores especiais: trabalho autônomo, eventual, temporário, avulso. Portuário. Estagiário. Cooperativas de mão de obra. Empregado doméstico. Empregado rural. Grupo econômico e sucessão trabalhista. Responsabilidade dos sócios. Desconsideração da Pessoa Jurídica. Despersonalização do empregador. Terceirização e intermediação da mão de obra. Flexibilização. Contrato de trabalho. Contratos por prazo determinado. Contrato de Experiência. Dumping social e combate às fraudes trabalhistas. Efeitos do contrato de emprego. O direito à intimidade do empregado. Revista íntima. Monitoramento de correio eletrônico, câmaras de filmagem. Dano moral e material. Duração do trabalho. Jornada de trabalho. Trabalho extraordinário. Acordo de prorrogação e acordo de compensação de horas. Banco de horas. Horas in itinere. Jornadas especiais de trabalho. Trabalho em regime de revezamento. Intervalos. Intervalos intrajornada e interjornada. Repouso semanal (DSR) e em feriados. Trabalhos aos domingos no comércio. Remuneração simples e dobrada do DSR e feriados. Férias.

Conteúdo Programático 1: Relação de emprego e outras formas de trabalho.

Conteúdo Programático 2: Sujeitos do contrato de trabalho.

Conteúdo Programático 3: Grupo econômico e sucessão trabalhista.

Conteúdo Programático 4: Terceirização e intermediação da mão de obra.

Conteúdo Programático 5: Contrato de trabalho.

Conteúdo Programático 6: Dumping social e combate às fraudes trabalhistas.

Conteúdo Programático 7: Efeitos do contrato de emprego.

Conteúdo Programático 8: Duração do trabalho.

Bibliografia:

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. 9. ed. São Paulo: LTr, 2013.

CASSAR, Vólia Bomfim. **Direito do Trabalho**. 10. ed. Rio de Janeiro: Método, 2014.

DELGADO, Maurício Godinho, **Curso de Direito do Trabalho**. 9. ed. São Paulo: LTR, 2010.

Demais referências:

CARRION, Valentin, **Comentários a Consolidação das Leis do Trabalho**. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARTINS, Sérgio Pinto, **Direito do Trabalho**. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Disciplina: Direitos Fundamentais e Tutela do Empregado

Ementa: Teoria Geral do Direito do Trabalho. Fontes do Direito do Trabalho. Direito do Trabalho e Constituição. Princípios Constitucionais e do Direito do Trabalho. Interpretação e Aplicação do Direito do Trabalho. Direito do Trabalho na ótica dos Direitos Humanos. Eficácia horizontal dos Direitos Fundamentais. Direito ao lazer nas relações de trabalho. Direito à Igualdade. Direito a um ambiente de trabalho saudável. Proteção contra trabalho escravo. Trabalho decente. Mecanismos de combate ao trabalho escravo. Proibição do Trabalho Infantil. Inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Assédio moral e sexual nas relações de trabalho.

Conteúdo Programático 1: Teoria Geral do Direito do Trabalho.

Conteúdo Programático 2: Direito do Trabalho e Constituição.

Conteúdo Programático 3: Interpretação e Aplicação do Direito do Trabalho.

Conteúdo Programático 4: Direito do Trabalho na ótica dos Direitos Humanos.

Conteúdo Programático 5: Proteção contra trabalho escravo.

Conteúdo Programático 6: Proibição do Trabalho Infantil.

Conteúdo Programático 7: Inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Conteúdo Programático 8: Assédio moral e sexual nas relações de trabalho.

Bibliografia:

DELGADO, Maurício Godinho, **Curso de Direito do Trabalho**. 9. ed. São Paulo: LTR, 2010.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa, **Manual de Direito do Trabalho**. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra, **Curso de Direito do Trabalho**, 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MARTINS, Sergio Pinto, *Direito do Trabalho*, 17. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Demais referências:

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 8. ed. Porto Alegre: do Advogado, 2008.

THOME, Candy. **O Assédio Moral nas Relações de Emprego**. São Paulo: LTr, 2009.

Disciplina: Temas Especiais de Contrato de Trabalho

Ementa: Remuneração e salário. Gorjetas. Classificação do salário. Proteção ao salário. Equiparação salarial. Adicionais de insalubridade e periculosidade. A Alteração do contrato de emprego: unilateral e bilateral; adicional de transferência. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho: conceitos e características; hipóteses de suspensão e interrupção; despedida injusta no curso da suspensão. Alteração do contrato de trabalho: extinção do contrato de trabalho por iniciativa do empregado; rescisão indireta; pedido de demissão; dispensa por justa causa e sem justa causa. Aviso prévio e reintegração ao emprego. Práticas Abusivas do Poder Diretivo e Assédio Moral. Trabalho da mulher e do menor: política antidiscriminatória; proteção à maternidade; principais proibições ao trabalho do menor; espécies de contrato permitidas ao menor.

Conteúdo Programático 1: Remuneração e salário.

Conteúdo Programático 2: Equiparação Salarial e Adicionais.

Conteúdo Programático 3: Alteração do contrato de emprego.

Conteúdo Programático 4: Suspensão e interrupção do contrato de trabalho.

Conteúdo Programático 5: Alteração do contrato de trabalho - Extinção do contrato de trabalho.

Conteúdo Programático 6: Aviso Prévio e Reintegração ao Emprego.

Conteúdo Programático 7: Trabalho da Mulher e do Menor.

Conteúdo Programático 8: Danos materiais, pessoais e morais.

Bibliografia:

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. 9. ed. São Paulo: LTr, 2013.

BASILE, César Reinaldo Offa. **Direito do trabalho: teoria geral a segurança e saúde**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

DELGADO, Maurício Godinho, **Curso de Direito do Trabalho**. 14.ed. São Paulo: LTR, 2015.

Demais referências:

DALLEGRAVE NETO, José Affonso. **Responsabilidade Civil no Direito do Trabalho**. 5. ed. São Paulo: LTr, 2014.

LIMA, Firmino Alves. **Teoria da Discriminação nas Relações de Trabalho**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Campus, 2011. v. 1.

MAIOR, Jorge Souto. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2008. v. 2.

Disciplina: Direito Coletivo do Trabalho

Ementa: Direito coletivo do trabalho. Breve Histórico. Denominação. Autonomia. Definição. Princípios de Direito Coletivo do Trabalho. Organização Sindical (estrutura, categoria, prerrogativas). Sindicato (classificação, enquadramento, órgãos, dirigente e contribuição sindical). Entidades Sindicais de Grau Superior: Federação e Confederação. Centrais Sindicais. Unicidade Sindical, Unicidade Sindical e Pluralismo Sindical. Princípio da Liberdade Sindical (Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho e a Constituição Federal de 1988). Conflitos Coletivos de Trabalho. Classificação e Subdivisão. Formas de Solução (Autodefesa ou Autotutela). Autocomposição e Heterocomposição. Negociação Coletiva de Trabalho (natureza, função jurídica e procedimento). Comissões de Conciliação Prévia: procedimento. Formas Extrajudiciais de Solução dos Conflitos Coletivos de Trabalho (Conciliação, Mediação e Arbitragem). Termo de Ajuste de Conduta. Acordo e Convenção Coletiva de Trabalho. Poder Normativo da Justiça do Trabalho. Dissídio Individual e Dissídio Coletivo. Dissídio Coletivo (procedimento, classificação, legitimidade e instauração). Dissídio Coletivo de Greve. Condutas Antissindicalistas. Direito de Greve. Greve (conceito, classificação, limites, procedimento, greve em atividades essenciais e abuso no Direito de Greve). *Lockout*.

Conteúdo Programático 1: Direito coletivo do trabalho.

Conteúdo Programático 2: Organização Sindical.

Conteúdo Programático 3: Unicidade sindical, unidade sindical e pluralismo sindical - Princípio da liberdade sindical – Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Constituição da República de 1988.

Conteúdo Programático 4: Conflitos Coletivos de Trabalho. Classificação e Subdivisão. Formas de Solução – Autodefesa ou Autotutela. Autocomposição e Heterocomposição.

Conteúdo Programático 5: Negociação coletiva do trabalho: natureza e funções jurídica. Comissões de Conciliação Prévia: procedimento. Procedimento da Negociação Coletiva.

Conteúdo Programático 6: Formas extrajudiciais de solução dos conflitos coletivos de trabalho: conciliação, mediação e arbitragem. Termo de Ajuste de Conduta. Acordo e Convenção Coletiva de Trabalho.

Conteúdo Programático 7: Poder normativo da Justiça do Trabalho – Dissídio Individual e Dissídio Coletivo. Dissídio Coletivo: Procedimento Classificação, Legitimidade e Instauração. Dissídio Coletivo de Greve.

Conteúdo Programático 8: Condutas antissindicalistas. Direito de Greve. Greve: Conceito, Classificação, Limites, Procedimento, Greve em Atividades Essenciais e Abuso no Direito de Greve. *Lockout*.

Bibliografia:

AROUCA, José Carlos. **Curso Básico de Direito Sindical**. 5ª edição. São Paulo: LTR, 2016.

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. 7ª edição. São Paulo; Editora LTR, 2011.

BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. **Direito Sindical**. 5ª edição. São Paulo: Editora LTR, 2016.

DELGADO, Maurício Godinho. **Direito Coletivo do Trabalho**. 3ª edição. São Paulo; Editora LTR, 2008.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Manual de Direito do Trabalho**. 7ª Edição. São Paulo; Editora Método, 2015.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. 23ª edição. São Paulo; Editora Atlas, 2007. MELO, Raimundo Simão. **A Greve no Direito Brasileiro**. 3ª edição. São Paulo; Editora LTR, 2011.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Compêndio de Direito Sindical**. 6ª edição - 2ª tiragem. São Paulo; Editora LTR, 2011.

POIVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 12ª Edição. São Paulo. Editora Saraiva, 2011.

Demais referências:

RODRIGUES JR. Edson Beas. **Convenção 87 da OIT e outros Instrumentos de Direito Internacional Público e Privado Relevantes ao Direito do Trabalho**. 2ª edição. São Paulo: LTR; 2015.

SILVA, Homero Batista Mateus da. **Curso de Direito do Trabalho Aplicado**. Volume 7 – Direito Coletivo do Trabalho. São Paulo; Editora Revista dos Tribunais Ltda., 2015.

SIQUEIRA NETO, José Francisco. **Liberdade Sindical e Representação dos Trabalhadores nos Locais de Trabalho**. São Paulo: LTR; 1999.

LEGISLAÇÕES: Constituição Federal (CF); Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT); Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho (TST); Orientações Jurisprudencial do TST (OJ – SDI -1 e SDC); Código de Defesa do Consumidor, Código Civil; Convenção 87 da OIT; e a Lei nº 7.783/1989 (Lei de Greve).

Disciplina: Seguridade Social

Ementa: Introdução. Histórico da Seguridade Social. Princípios Seguridade Social. Saúde. Assistência Social. Regimes Próprio. Regime Previdência Complementar. Reflexão sobre igualdade na aplicação do Direito na Seguridade Social.

Conteúdo Programático 1: Introdução à Seguridade Social, Histórico da Seguridade Social

Conteúdo Programático 2: Princípios Seguridade Social, Saúde. Assistência Social.

Conteúdo Programático 3: Regimes Próprio. Regime Previdência Complementar.

Conteúdo Programático 4: Previdência Complementar. Reflexão sobre igualdade na aplicação do Direito na Seguridade Social.

Bibliografia Básica:

BALERA, Wagner. Sistema de seguridade social. 3. ed. São Paulo: LTr, 2003

BEVERIDGE, Willian. Relatório sobre o Seguro social e serviços afins, apresentado ao parlamento Britânico em novembro de 1942. Tradução de Almir de Andrade. Rio de Janeiro: José Olympio, 1943.

SANTOS, Marisa Ferreira dos. O princípio da seletividade das prestações de seguridade social. São Paulo: LTr, 2006.

Pulino, Daniel. Previdência Complementar. São Paulo: Conceito editorial, 2011.

Ibrahim, Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário - 19ª Ed. 2014

Martins, Sergio Pinto. Direito da Seguridade Social - 35ª Ed. 2015

Demais referências:

ALENCAR, H. A. .Benefícios Previdenciários 4ª Edição. São Paulo: Livraria Universitária de Direito LEUD, 2009. v. 01. 650 p.

BALERA, Wagner. A seguridade social na Constituição de 1988. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

_____. Contrato de trabalho e aposentadoria. Revista de Direito Social. Porto Alegre: Notadez, ano 5, n. 20, p. 15, out./dez. 2005.

_____. Introdução à seguridade social. In: MONTEIRO, Meire Lucia Gomes (Coord). Introdução ao direito previdenciário. São Paulo: LTr, 1998.

_____. Noções preliminares de direito previdenciário. São Paulo: Quartier Latin, 2004.

_____. O direito dos pobres. São Paulo: Paulinas, 1982.

_____. O valor social do trabalho. Revista LTr 58-10/1167-1178. São Paulo: LTr, p. 1176, out. 1994.

_____. Sobre Reformas e Reformas Previdenciárias. In: Revista de Direito Social. Sapucaia do Sul/RS: Notadez, v. 3, n. 12, 2003.

LEIVAS, Paulo Gilberto Cogo. Teoria dos direitos fundamentais sociais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

MARMELSTEIN, George. Curso de direitos fundamentais. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BERBEL, Fábio Lopes Vilela. Teoria Geral da Previdência Social. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

Disciplina: Prática da seguridade social

Ementa: Financiamento seguridade Social. Saúde (Ações judiciais). Assistência Social (Ações judiciais: Benefícios Assistencial de Prestação Continuada. Lei 8.742, de 1993 e Decreto 6.214, de 2007). Regime Próprio (Ações judiciais). Previdência Complementar (Ações judiciais). Regime Geral (introdução).

Conteúdo Programático 1: Financiamento seguridade Social. Saúde (Ações judiciais)

Conteúdo Programático 2: Assistência Social (Ações judiciais: Benefícios Assistencial de Prestação Continuada. Lei 8.742, de 1993 e Decreto 6.214, de 2007).

Conteúdo Programático 3: Regime Próprio (Ações judiciais).

Conteúdo Programático 4: Regime Geral (introdução).

Bibliografia Básica:

Balera, Wagner. Legislação Previdenciária Anotada - 2ª Ed. 2013.

BERBEL, Fábio Lopes Vilela. Teoria Geral da Previdência Social. São Paulo: Quartier Latin, 2005

Ibrahim, Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário - 19ª Ed. 2014

ALENCAR, H. A. .Benefícios Previdenciários 4ª Edição. São Paulo: Livraria Universitária de Direito LEUD, 2009. v. 01. 650 p.;

PULINO, Daniel. A aposentadoria por invalidez no direito positivo brasileiro. São Paulo: LTr, 2001.

VIANNA. CLAUDIA SALLES VILELA. A RELAÇÃO DE EMPREGO E OS IMPACTOS DECORRENTES DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS. 2ª edição. Editora LTR, 2010.

Marano, Vicente Peddro. Doenças ocupacionais. 2ed. Paulo: LTr, 2007.

Martins, Sergio Pinto. Direito da Seguridade Social - 35ª Ed. 2015

Demais referências:

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 3. ed. São Paulo: LTr, 2004.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Manual de direito previdenciário. 15. ed. São Paulo: Grupo Gen, 2013.

Folmann, Melissa. Fator Acidentário de Prevenção (FAP): inconstitucionalidades, ilegalidades e irregularidades/Claudia Salles Vilela Vianna. Curitiba: Juruá, 2010.

Baltazar Jr, Jose P. / Rocha, Daniel Machado da. Comentários À Lei de Benefícios da Previdência Social - 14ª Ed. Grupo Gen. 2016

Disciplina: RGPS: Benefícios por incapacidade.

Ementa: Aposentadoria por Invalidez. Auxílio-doença. Auxílio-acidente. Caracterização da incapacidade. Perícia Médica. Alta programada. Submissão periódica à perícia. Atividades concomitantes. Relação trabalhista. Doença preexistente. Doenças que isentam carência. Data de Início do Benefício – DIB. Valor do benefício. Suspensão do benefício. Cessação do benefício. Cumulação de benefícios. Lei no 9.528 – auxílio-acidente e aposentadoria. Processo Administrativo Previdenciário: Instrução Normativa INSS/Agência da Previdência Social (APS). Recursos na via administrativa. Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS). Ações Previdenciárias perante os Juizados Especiais Federais. Recurso cabível e inadmissíveis no JEF. Ações Previdenciárias perante as Varas Ordinárias.

Conteúdo Programático 1: Aposentadoria por Invalidez. Auxílio-doença. Auxílio-acidente. Caracterização da incapacidade. Perícia Médica. Alta programada. Submissão periódica à perícia. Atividades concomitantes. Relação trabalhista

Conteúdo Programático 2: Doença preexistente. Doenças que isentam carência. Data de Início do Benefício – DIB. Valor do benefício. Suspensão do benefício. Cessação do benefício. Cumulação de benefícios.

Conteúdo Programático 3: Lei no 9.528 – auxílio-acidente e aposentadoria. Processo Administrativo Previdenciário: Instrução Normativa INSS/Agência da Previdência Social (APS). Recursos na via administrativa. Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS).

Conteúdo Programático 4: Ações Previdenciárias perante os Juizados Especiais Federais. Recurso cabível e inadmissíveis no JEF. Ações Previdenciárias perante as Varas Ordinárias.

Bibliografia Básica:

Balera, Wagner. Legislação Previdenciária Anotada - 2ª Ed. 2013.

Ibrahim, Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário - 19ª Ed. 2014

Lazzari, João Batista / Kravchychyn, Gisele Lemos / Kravchychyn, Jefferson Luis. Prática Processual Previdenciária - Administrativa e Judicial - 8ª Ed. 2016

Balera, Wagner. Legislação Previdenciária Anotada - 2ª Ed. 2013.

Martins, Sergio Pinto. Direito da Seguridade Social - 35ª Ed. 2015

Demais referências:

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Manual de direito previdenciário. 15. ed. São Paulo: Grupo Gen, 2013.

Baltazar Jr, Jose P. / Rocha, Daniel Machado da. Comentários À Lei de Benefícios da Previdência Social - 14ª Ed. Grupo Gen. 2016

PEDROTTI, Irineu Antonio; PEDROTTI, William Antonio. Acidentes do trabalho. 4. ed. São Paulo: LEUD, 2003.

Disciplina: RGPS: Aposentadorias programáveis

Ementa: Aposentadoria por tempo de contribuição. Aposentadoria integral. Aposentadoria diferenciada do professor. Aposentadoria diferenciada do segurado pessoa com deficiência. Aposentadoria proporcional. Tempo de contribuição. Sentença trabalhista. Contagem recíproca. Desaposentação. Data de Início do Benefício – DIB. Renda mensal do benefício. Aposentadoria por idade comum. Trabalhadores Rurais. Aposentadoria diferenciada do segurado pessoa com deficiência. Aposentadoria por idade compulsória. Qualidade de segurado. Data de Início do Benefício – DIB. Valor do benefício. Trabalhador rural – art. 143 da Lei de benefícios – norma transitória. Cumulação de benefícios. Aposentadoria especial. Conversão de tempo especial em comum e vice-versa. Contagem recíproca. Comprovação da atividade especial. Ruído – decibéis. Atividade rural. Segurado contribuinte individual (autônomo). Uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI). Data de Início do Benefício – DIB. Valor do benefício. Retorno do aposentado à atividade especial. Lei de Acesso à informação e obtenção de dados Previdenciários. Procedimento Administrativo Previdenciário. Instrução Normativa INSS/Pres. 77. Ações Judiciais

Conteúdo Programático 1: Banco de Dados do INSS. Aposentadorias Programáveis

Conteúdo Programático 2: Perícias Médicas. Aposentadoria Segurado com Deficiência. Processo Judicial Eletrônico

Conteúdo Programático 3: Aposentadoria Segurado com Deficiência. Aposentadoria Especial

Conteúdo Programático 4: Aposentadoria Especial

Bibliografia Básica:

ALENCAR, H. A. Desaposentação e o Instituto da Transformação de benefícios RGPS. 2ª edição. Florianópolis: Conceito Editorial. 2012.

ALENCAR, H. A. Cálculo de Benefícios Previdenciários – Teses Revisionais. Da teoria à prática. 8ª edição. São Paulo: Saraiva. 2016

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. Despensão: mais que um neologismo: uma realidade. Revista de Previdência Social. São Paulo: LTr, ano XXXIII, n. 347, p. 909/913, out./2009.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. Desaposentação: o caminho para uma melhor aposentadoria. 2. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2007.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Desaposentação. 2. ed. São Paulo: LTr, 2009.

Serau Junior, Marco Aurélio. Desaposentação – Novas Perspectivas Teóricas e Práticas. São Paulo. Conceito Editorial: 2011.

ALENCAR, H. A. Cálculo de Benefícios Previdenciários – Teses Revisionais. Da teoria à prática. 8ª edição. São Paulo: Saraiva. 2016

GIAMBIAGI, Fabio. Reforma da previdência: encontro marcado. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

Folmann, Melissa. Revisões de benefícios previdenciários, João Marcelino Soares/ Curitiba: Juruá, 2011.

Lemes, Emerson Costa. Manual dos cálculos previdenciários: benefícios e revisões. Curitiba: Juruá, 3ª edição, 2016.

Soares, João Marcelino. Aposentadoria dos portadores de deficiência. Curitiba: Juruá, 2014.

Demais referências:

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Manual de direito previdenciário. 15. ed. São Paulo: Grupo Gen, 2013.

Baltazar Jr, Jose P. / Rocha, Daniel Machado da. Comentários À Lei de Benefícios da Previdência Social - 14ª Ed. Grupo Gen. 2016

Lazzari, João Batista / Kravchychyn, Gisele Lemos / Kravchychyn, Jefferson Luis. Prática Processual Previdenciária - Administrativa e Judicial - 8ª Ed. 2016

Balera, Wagner. Legislação Previdenciária Anotada - 2ª Ed. 2013.

Martins, Sergio Pinto. Direito da Seguridade Social - 35ª Ed. 2015

12. Infraestrutura Física e Pedagógica

O aluno encontrará todo o conteúdo do curso e assistirá às aulas gravadas no ambiente virtual. Para assistir às aulas é fundamental que as especificações abaixo sejam obedecidas, possibilitando, assim, uma recepção de maior qualidade dos vídeos.

Hardware:

- Processador Intel Core 2 Duo ou superior.

- 2Gb de Memória RAM.
- Placa de vídeo com resolução 1024x768, qualidade de cor 32 bit e compatível com Microsoft DirectShow.
- Microsoft DirectX 9.0c ou posterior.

Software:

- Navegador: Firefox, Google Chrome, Internet Explorer (sempre atualizado).
- Sistema Operacional: Windows XP ou posterior.
- Adobe Flash Player (atualizado).
- Plugin de vídeos SilverLigth (atualizado)

Rede:

- Conexão com a Internet banda larga de no mínimo 2 MB.
- Em caso de acesso em ambientes corporativos além da velocidade, é necessário verificar as condições de segurança de rede de sua empresa e se certificar que o site não estará bloqueado.

Adicionalmente, é prevista a utilização da biblioteca virtual para consultas bibliográficas e pesquisa de assuntos referentes às disciplinas ministradas.

